



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12170 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

(IN)VISIBILIDADE DO ENFRENTAMENTO DO RACISMO NO PPP: EVIDÊNCIAS DAS ESCOLAS PAULISTANAS

Alexsandro do Nascimento Santos - UNICID - Universidade Cidade de São Paulo

Isa Daniele Mariano de Souza Sá - UNICID - Universidade Cidade de São Paulo

Tarsila Roquete Fernandes de Oliveira Santiago - UNICID - Universidade Cidade de São Paulo

(IN)VISIBILIDADE DO ENFRENTAMENTO DO RACISMO NO PPP: EVIDÊNCIAS DAS ESCOLAS PAULISTANAS

Esta comunicação científica apresenta resultados de pesquisa inscrita no campo de estudos da educação das relações étnico-raciais e cujo objeto de investigação foi a visibilidade ou invisibilidade e configurações específicas do enfrentamento do racismo que emergem nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) produzidos em escolas municipais de ensino fundamental paulistanas. Estamos ancorados nas orientações da Resolução CNE/CP nº 01/2004, do Parecer CNE/CP nº 03/2004 e do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2013) que, entre outras recomendações, responsabilizam as unidades educacionais pela (re)formulação do PPP com vistas a torná-lo responsivo aos compromissos éticos, políticos e pedagógicos pactuados pela sociedade brasileira para o enfrentamento do racismo e para o combate às desigualdades educacionais marcadas nas hierarquias raciais.

Especificamente, desejamos compreender se os PPPs das escolas comunicam: a) o reconhecimento da paisagem sociodemográfica e territorial da escola e das configurações singulares das hierarquias raciais presentes nessa paisagem; b) a declaração e explicitação de princípios e valores orientados pela equidade e pelo enfrentamento ao racismo e de compromissos com a promoção da equidade racial e c) planos de trabalho específicos, com nitidez das ações que devem ser assumidas pelos diferentes agentes que compõem a equipe escolar para a organização do ambiente educativo em perspectiva antirracista e d) formas específicas de (re)organização da gestão democrática com ênfase na democratização racial da

escola.

Entendemos que o racismo estrutural que organiza a realidade brasileira (MOORE, 2007) guarda relação dialética com as manifestações do racismo institucional no sistema escolar e que produz desigualdades de acesso, permanência e sucesso escolar entre os educandos a partir de sua identidade racial (MULLER, 2009, entre outros). Tal lógica está ancorada num contrato racial de dominação (MILLS, 2013) mais amplo, no qual a cidadania é racializada e sua materialização cotidiana obedece a um pacto de privilégio da branquitude, que determina a distribuição racial dos direitos humanos, neste caso o direito à educação.

O PPP é um dos pilares da (re)democratização da escola pública. Expressa uma tradução do princípio da gestão democrática, conquistado na Constituição Federal de 1988 e na LDB de 1996 (VEIGA, 1995). Todavia, a realização da potência máxima deste dispositivo de gestão depende da desconstrução de uma história autoritária da política educacional e das práticas pedagógicas e da disputa em torno dos sentidos e dos modos de fazer da gestão educacional aossados por lógicas gerencialistas, de orientação neoliberal/ultraliberal que pautam a despolitização e desidratação ética do fenômeno educativo.

Assim, somos convocados a colocar as hierarquias raciais e o racismo institucional no centro do debate e a questionar o quanto temos explicitado, na formulação do PPP de cada escola, compromisso com sua superação. Especialmente porque sabemos que não realizaremos a democracia que desejamos enquanto mantivermos intocados ou apenas arranhados os grilhões do racismo.

A pesquisa assumiu abordagem qualitativa e mobilizou a leitura e análise dos PPPs de 86 Escolas de Ensino Fundamental vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (16% do total) a partir de um instrumento denominado Matriz de Avaliação do Projeto Político Pedagógico: Educação Antirracista no Ensino Fundamental (SANTOS, 2022). Para compor a amostra recebemos indicações de 104 profissionais da rede municipal envolvidos num curso de pós-graduação sobre o tema, oferecido pelo poder público.

A Matriz de Avaliação é organizada em seis dimensões, que agregam itens: 1) Paisagem da Escola (12 itens); 2) Declaração de Princípios e Valores (8 itens); 3) Compromisso com a Equidade Racial (4 itens); 4) Ação e Corresponsabilização (6 itens); 5) Ambiente Escolar (5 itens); 6) Gestão Democrática e Relações Raciais (5 itens).

Os itens abordam a existência, no PPP, de evidências sobre o atendimento a recomendações e determinações legais no campo da educação das relações étnico-raciais. Para cada item, há três resultados possíveis: não (não há evidências do atendimento a essa recomendação); em parte (as evidências são insuficientes ou frágeis) e sim (há evidências adequadas). Agregando-se os resultados dos itens, foi possível construir métrica para identificar se, em cada dimensão, o PPP encontra-se totalmente adequado, parcialmente adequado ou inadequado. A análise dos 86 PPPs permitiu que se identificasse a seguinte distribuição de resultados:

Tabela 1: Percentual de PPPs por padrão de adequação

Dimensão	PPPs por padrão de adequação		
	Inadequado	Parcialmente Adequado	Adequado
Paisagem da Escola	68 (78%)	18 (22%)	0
Declaração de Princípios e Valores	31 (36%)	39 (45%)	16 (18%)
Compromisso com a Equidade Racial	72 (83%)	14 (16%)	2 (1%)
Ação e Corresponsabilização	64 (74%)	22 (26%)	0
Ambiente Escolar	52 (60%)	34 (40%)	0
Gestão Democrática e Relações Raciais	52 (60%)	34 (40%)	0

Os dados demonstram uma situação crítica na formulação dos PPPs das escolas. Com exceção da dimensão “Declaração de Princípios e Valores”, em todas as outras, as escolas demonstram evidências insuficientes da presença de elementos que deveriam compor a escrita do documento de forma que ele expressasse uma efetiva orientação antirracista.

Em 78% das escolas, a paisagem da Escola apresentada no PPP não considera a dimensão das desigualdades e das identidades étnico-raciais da realidade estabelecida em seu território, na demografia do alunado e do corpo docente e administrativo. Em 83% das escolas, o compromisso com a equidade racial, expresso tanto em um conjunto de recomendações, orientações e estratégias de ação para a valorização da diversidade e para a correção das desigualdades de aprendizagem, não está adequadamente situado no PPP. Em 74% dos PPPs analisados, o tratamento da ação e corresponsabilização dos profissionais com o enfrentamento ao racismo (expresso na presença de planos de ação para os diferentes segmentos da equipe) é inadequado. Por fim, a dimensão da gestão democrática e de suas conexões com as relações raciais se mostra inadequada em 60% dos PPP redigidos pelas escolas.

Os resultados da investigação sinalizam que há um descompasso entre recomendações normativas no campo da educação para as relações étnico-raciais e a formulação dos PPPs das escolas selecionadas na amostra. Esse descompasso parece indicar que a tradução das boas intenções dos documentos oficiais em experiências educativas antirracistas cotidianas não é simples e que as pesquisas dedicadas a encontrar e superar as razões para essa distância precisam continuar avançando.

Palavras-Chave: Educação Antirracista, PPP, Ensino Fundamental

BIBLIOGRAFIA

- VEIGA, I. P. A. da. **Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível.** Campinas, SP : Papirus, 1995.
- MILLS, C W. O contrato de dominação. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 15-70, jul./dez. 2013.
- MOORE, C. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** Belo Horizonte: Mazza, 2007

MÜLLER, M. L. R. **A escola como transmissora da ideologia do branqueamento e difusora de estereótipos contra a população negra.** Cuiabá: EdUFMT, 2009.

SANTOS, A. N. Educação Antirracista e Equidade Racial no Ensino Fundamental: Parâmetros para a avaliação negociada do PPP. **Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 10, nº 18, p. 96-116, jan./jun. 2022